



Constância
MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 05/2023

Data da Sessão Ordinária

21 de dezembro de 2023

Início

20:00 horas

Termo

22:37 horas

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo, cento e noventa e sete, de seis de dezembro de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que não iriam estar presentes as Senhoras Deputadas Municipais, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Carla Alexandra Pereira Silvério. Maria Teresa Brás de Matos Gaspar, do Partido Socialista, e, Carmen Dolores Gomes da Siva da CDU-Coligação Democrática Unitária, tendo apresentado as devidas justificações. -----

Em substituição da Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, esteve a Senhora Célia Maria Rodrigues Abreu, do Partido Socialista. Informou igualmente, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, José Manuel Ricardo, na impossibilidade de estar presente, se fazia representar pela Senhora Marta Raquel Marques Alves, Secretária do Executivo da Junta de Freguesia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes; Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim; Isabel Maria Farinha Albino da Costa; Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral; Joaquim José Moura Marques dos Santos; Carlos José Pancadares de Sousa Lopes; Luís Manuel Marques Rodrigues; Maria do Rosário Costa Martins; Célia Maria Rodrigues Abreu; Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; Ana Luísa Cartaxo Manique e Paulo Gameiro Sena Freitas e a Secretária da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Marta Raquel Marques Alves. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vice-Presidente, Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio e pelos Senhores Vereadores Pedro José Lopes Pereira e Vereador Alexandre Emanuel Ramos Marques. -----

Também estiveram presentes: Jorge José Marques Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e Marisa Eduarda Pereira Figueiredo para prestarem os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários; Mikael Dias, Técnico Superior (Jurista) e Daniel Oliveira, Técnico de Informática, funcionários da Autarquia, no apoio logístico à Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária – Célia Maria Rodrigues Abreu; Segunda Secretária – Sónia Cristina Dias Sobral. -----
Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e nove de setembro e o dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e três. -
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número quatro de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam efetuar alguma intervenção neste Período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Constância, referindo que pretendia apresentar uma informação/esclarecimento, que passou a ler. Este documento, fica a constituir (ANEXO I) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para, no seguimento do esclarecimento apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, fazer algumas observações, que dividia em duas partes: - A primeira, referente à rotura da conduta da água, e a segunda, à forma como o Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores tratavam a CDU-Coligação Democrática Unitária. Sobre a primeira parte, considerava muito grave o tardio conhecimento da rotura da conduta da água, revelador da falta de ligação entre os eleitos e quem tinha responsabilidades no terreno aos diferentes níveis. Até a Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada no âmbito da limpeza urbana ao passar na rua podia ter detetado e alertado para a situação. Referiu ainda, que aquele esclarecimento apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal em nada contradizia o comunicado emitido pela CDU-Coligação Democrática Unitária. Entendia que, tendo os funcionários do Município conhecimento daquela ou de outra qualquer anomalia, tinham o dever e a obrigação de a comunicar. Também pretendia saber, se a máquina a utilizar naquele tipo de trabalhos estaria operacional e, se existiriam trabalhadores para fazer aquele tipo de intervenções. Quanto à segunda parte; começou por referir que em

democracia se podia falar de tudo, desde que respeitosamente. Era aquele o papel da CDU-Coligação Democrática Unitária, no respeito por todos quantos lhe tinham dado a legitimidade para estarem ali a trabalhar em prol do desenvolvimento do Concelho. O que não aceitavam, era serem desrespeitados, dando para o efeito alguns exemplos de situações no passado bem mais graves, vindas de eleitos do Partido Socialista. A CDU-Coligação Democrática Unitária continuaria a fazer os comunicados que entendesse, sendo aquela uma das formas de comunicarem com os seus eleitores, assim como, com toda a população do Concelho. Por fim, para um melhor esclarecimento, sugeriu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal mandasse abrir um processo de averiguações para melhor se apurar a verdade dos factos sobre a rotura de água. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que quando tinha dúvidas pedia esclarecimentos. Entendia como incorreto por parte da CDU-Coligação Democrática Unitária, não se terem informado primeiro, preferindo acusar de imediato. Não tinham faltado oportunidades para o fazer, desde reuniões do executivo, e-mails, telemóveis, etc. e nenhum daqueles meios tinha sido utilizado. Terminou, referindo que o esclarecimento tinha sido feito no local próprio, Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais intervenções no período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de contrato-programa a celebrar com a Associação Centro Ciência Viva de Constância para o ano de 2024 – Para deliberação; 3. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de contrato-programa a celebrar com a Associação da Casa-Memória de Camões para o ano de 2024 – Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta dos documentos previsionais para o período de 2024 a 2028 – Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de mapa de pessoal e respetivo anexo para o ano de 2024 – Para deliberação; -----
6. Contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento público – Para deliberação; -----
7. Proposta de “Alteração Orçamental Modificativa nº2/2023” – Para deliberação; -----
8. Informação do ROC sobre a situação económica e financeira do 1º semestre de 2023 -



Para conhecimento; -----

9. Designação pela Assembleia Municipal de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Constância; -----

10. Homenagem ao Senhor Comendador António Manuel dos Santos Mendes – Relatório final – Para conhecimento; -----

11. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Para conhecimento; -----

12. Outros assuntos de interesse. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ---

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Solicitou a palavra o Senhor Rui Manuel Ferreira, de Montalvo, cujo assunto dizia respeito à rotura da conduta da água na Freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----

Com a devida autorização, começou por referir que pretendia reafirmar que os serviços municipais tinham tido conhecimento da rotura da água no pretérito dia doze de novembro, através de um munícipe do lugar da Portela daquela freguesia. Na semana seguinte, um outro munícipe, em conversa sobre o assunto com um funcionário da autarquia, este lhe tinha dito que tinham um outro serviço mais urgente, e não tinham operador para a máquina a utilizar naquele serviço, logo, demoraria mais alguns dias a reparação da conduta. Só uma deficiente hierarquização dos serviços justificava aquela situação de falta de informação que deveria ser rápida, uma vez que aquela água perdida era paga por todos os munícipes através dos seus impostos. Não era admissível, existir uma rotura de água da rede no Concelho a correr durante um mês sem ser reparada. Terminou, referindo que existia no Concelho de Constância uma deficiente vivência democrática, ao não aceitarem como normais as questões apresentadas pela CDU-Coligação Democrática Unitária, bem evidente na reação do Senhor Presidente da Câmara ao comunicado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão apresentada pelo Senhor Rui Manuel Ferreira. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que tinha ficado confuso com a intervenção de Senhor Rui Manuel Ferreira, não sabendo se a mesma tinha sido de um cidadão comum, ou, de um Deputado da CDU-Coligação Democrática Unitária não eleito. A resposta que poderia dar, estava no esclarecimento/informação que tinha lido anteriormente e que não recebia do Senhor Rui Manuel Ferreira, lições de democracia, considerando o assunto esclarecido e encerrado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra, referindo que as

intervenções do público deveriam ser para questões concretas que pretendessem ver esclarecidas pelo executivo, e não, com assuntos relacionados com intervenções anteriores dos Senhores Deputados Municipais. Se no futuro a situação se repetisse, seria obrigado a tomar a decisão de só aceitar intervenções do público, solicitadas com a devida antecedência, como era procedimento em muitas Assembleias Municipais de outros Municípios. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CENTRO CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA PARA O ANO DE 2024 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto, referindo que por pertencer aos órgãos sociais desta Associação, não participaria na discussão nem na votação do mesmo. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que à semelhança do que tinha acontecido em anos anteriores, tratava-se de uma proposta de contrato-programa a celebrar com a Associação Centro de Ciência Viva de Constância, onde se propunha um reforço de verbas relativamente ao ano anterior, em cinco mil euros. Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, informando que não participaria na discussão nem na votação do ponto, por conflito de interesses, pelo facto de desempenhar funções no mesmo. -----

Não havendo intervenções, o ponto foi colocado a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DA CASA-MEMÓRIA DE CAMÕES PARA O ANO DE 2024 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto, informando que por pertencer aos órgãos sociais desta Associação, não participaria na discussão nem na votação do mesmo. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que à semelhança do ponto anterior, tratava-se de um contrato-programa a celebrar com a Associação Casa-Memória de Camões, mantendo-se os mesmos valores do ano transato. Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que a sua Bancada iria votar o ponto



favoravelmente, no entanto, em seu entender, tratava-se de uma verba que ficava muito aquém das necessidades daquela Associação, sendo muito difícil à mesma, desenvolver as suas atividades. -----

Não havendo mais intervenções, o ponto foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO DE 2024 a 2028 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por fazer algumas correções ao documento, iniciando de seguida uma breve explicação/apresentação do mesmo. Quanto às linhas gerais do Orçamento Municipal, apresentava um valor total de cerca de doze milhões de euros, assente em dois investimentos estruturantes para o desenvolvimento do concelho; a Loja do Cidadão, uma empreitada a rondar os 1.450.000,00€ (um milhão e quatrocentos e cinquenta mil euros), com financiamento máximo de 900.000,00€ (novecentos mil euros) provenientes do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e, a Habitação a custos acessíveis ou controlados, cujo objetivo era construir 34 (trinta e quatro) fogos até dois mil e vinte e seis, com financiamento total através do PRR. Para além daqueles dois investimentos que ocupavam a maior fatia no orçamento, existiam outros investimentos, alguns ainda sem enquadramento, uma vez que o quadro comunitário de apoio que deveria já estar em funcionamento ainda não estava, assim como a ITI - Investimentos Territoriais Integrados, que ainda não tinha sido assinado entre as Comunidades Intermunicipais e a Autoridade de Gestão. -----

Quanto aos recursos humanos, referiu que se viviam tempos de instabilidade no País com o mercado de trabalho, com entradas, saídas e outras situações de trabalhadores, para além dos aumentos salariais que representavam um aumento na despesa em cerca de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros). -----

Apesar da instabilidade, das incertezas e de um mundo em constante mudança, o Orçamento para dois mil e vinte e quatro, representava e dava corpo a um conjunto de projetos estruturantes para o desenvolvimento sustentado e estruturado do Concelho, com um único objetivo; o de melhorar a qualidade de vida das populações. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que no documento



estava mencionada a construção de trinta e quatro habitações até ao ano de dois mil e vinte e seis. Pretendia saber onde estava prevista a construção daqueles fogos e, qual a sua distribuição por Freguesias. O documento fazia alusão à reabilitação de um conjunto de imóveis públicos e privados. Questionava, quantos eram os imóveis públicos, quantos eram os privados e onde se situavam. Relativamente aos imóveis privados a requalificar na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, questionava em que lugares se encontravam, se todos estavam sinalizados para intervenção e como tinha sido feito o contacto com os proprietários dos mesmos. Também pretendia manifestar o seu sentimento de tristeza pelo impasse verificado no loteamento da Aldeia de Santa Margarida e, pela perda de uma das poucas possibilidades para a construção de blocos habitacionais naquele espaço a custos controlados. Em sua opinião, a culpa tinha sido pelo facto de ter existido uma alteração ao projeto inicial. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por questionar a razão de só existirem no documento dois projetos estruturantes, se era pelo facto de não estar ainda aprovada a ITI – Investimentos Territoriais Integrados, ou, outro qualquer motivo, uma vez que considerava a opção muito pouca ambiciosa. Lamentou as escassas verbas destinadas ao melhoramento das condições empresariais, com uma verba de trinta e cinco mil euros, um montante residual, num setor relevante e estruturante para o desenvolvimento do Concelho. Também considerava que as respostas sociais que deveriam ser uma prioridade para o Município no apoio às famílias, particularmente aos mais idosos, se encontrava com verbas insignificantes, ou mesmo nenhuma, como era o caso da ampliação do Lar de Idosos em Santa Margarida da Coutada. Também não viam nenhuma referência à valorização ambiental, mais concretamente, sobre o ciclo urbano da água e ao saneamento básico no lugar da Pereira. Para terminar, pretendia colocar as seguintes questões: o que é que estava previsto para a conservação da Quinta da Dona Maria em Montalvo e, no âmbito da educação, qual a razão de não estar prevista nenhuma visita de estudo ao estrangeiro para o ano de dois mil e vinte e quatro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a construção e localização dos fogos. Assim, tratava-se de três fogos na Freguesia de Constância, quatro fogos na Freguesia de Montalvo e vinte e sete fogos na Freguesia de Santa Margarida da Coutada. Em Constância, tratava-se da reabilitação de edifícios na Rua Grande, junto ao Jardim



Horto de Camões, com o processo do acordo celebrado, com o direito de superfície concluído com o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e, em condições de avançar a empreitada em 2024 (dois mil e vinte e quatro). Em Montalvo, tratava-se de três Lotes propriedade do Município junto ao Jardim Doutor Luís Soares e, de um edifício em situação de ruína, em frente à Junta de Freguesia. Em Santa Margarida da Coutada, tratava-se de imóveis para serem reabilitados nos lugares da Portela, Aldeia e Malpique. Estes três lugares eram os que apresentavam o Parque Habitacional mais degradado, merecedores de uma atenção especial. Quanto aos critérios para as suas aquisições, eram critérios que tinham sido acordados pelos serviços técnicos, pelo presidente e pela análise feita no terreno. Pretendia deixar claro, que não existia naquele processo qualquer benefício para os intervenientes. As avaliações tinham sido feitas por um perito credenciado e nomeado pela Comunidade Intermunicipal, não tendo o Município outra intervenção para além da identificação dos imóveis. Esclareceu ainda, que imóveis sinalizados, mas que tivessem em processos de partilhas difíceis, imóveis com obras ilegais que exigissem um processo de legalização antes da aquisição ou, imóveis cujos proprietários não concordassem com as propostas apresentadas, tinham ficado excluídos do processo. -----

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começou por referir que existiam um conjunto de projetos enquadrados na ITI – Investimentos Territoriais Integrados, como eram os casos: Museu dos Rios e das Artes Marítimas; complexo de Piscinas naturais em Santa Margarida da Coutada; eficiência energética nos edifícios dos Paços do Concelho e Piscina Municipal, entre outros. O motivo daqueles projetos não estarem em evidência, se devia a dois motivos; o primeiro, pelo facto de não existir ainda uma base definitiva, tendo o Município recebido da Autoridade de Gestão um pedido de reformulação de alguns processos, só se prevendo ficarem concluídos nos primeiros meses do próximo ano; o segundo motivo, o Portugal 2030, ainda não tinha entrado em funcionamento, sendo naquele momento tudo uma incógnita. Quanto ao acolhimento empresarial e aos valores apresentados, destinavam-se à aquisição do projeto de ampliação da Zona Industrial, no terreno propriedade do Município. Quanto às respostas sociais, já tinha tido a oportunidade de mencionar, que a Santa Casa da Misericórdia de Constância tinha apresentado um projeto para ampliação do Lar de Idosos de Santa Margarida da Coutada, tendo obtido parecer desfavorável da Segurança Social. Até ao momento, não tinha entrado nenhum pedido de licenciamento na Câmara Municipal, nem nenhum pedido formal daquela instituição para qualquer tipo de apoio para uma eventual ampliação do Lar. Quanto ao ciclo urbano da água, como já tinha referido, eram projetos



enquadrados na ITI – Investimentos Territoriais Integrados, não estando ainda nada definido. Sobre a Quinta da Dona Maria, em Montalvo, como era do conhecimento de todos os Deputados Municipais, a Quinta estava cedida e o que tinham procurado em conjunto (Presidente da Câmara Municipal e Professor Máximo Ferreira), era esperarem que abrisse alguma linha de financiamento onde fosse possível enquadrar a recuperação daquele espaço. Quanto à visita de estudo ao estrangeiro para o ano de dois mil e vinte e quatro, e ao facto de não estar contemplada nenhuma verba no orçamento, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a seguinte informação: - Como era do conhecimento de todos, em anos anteriores a visita de estudo era feita em conjunto com os Municípios de Sardoal e de Mação. Depois de ter falado com a Senhora Vereadora responsável pelo pelouro e com a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Constância, tinham decidido ir sozinhos. Como ainda não estava nada definido, nem valores, nem local, tinha sido entendimento do executivo não colocarem valores no orçamento. Quando fizessem a injeção do saldo de gerência, já com a localização definida e custos apurados, estes seriam introduzidos, com a certeza que a visita de estudo seria feita. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para tecer algumas considerações sobre o documento, nomeadamente, à forma como estava estruturado e à orientação estratégica do Município para dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito, assente em sete eixos. Considerava de primordial importância os dois principais projetos estruturantes (Loja do Cidadão e Habitação a custos acessíveis), responsáveis pelo aumento de cerca de dois milhões e quinhentos mil euros, em relação ao orçamento anterior e, de uma forma transversal, mexerem com todos os outros eixos, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, dando para o efeito alguns exemplos. O facto, do Município ter aproveitado a oportunidade de financiamento a cem por cento para habitação a custos acessíveis, minimizava o problema social da falta de habitação no Concelho. Quanto à não inclusão no orçamento do loteamento na Aldeia de Santa Margarida, referiu que num Concelho pequeno, com poucos recursos financeiros, era necessário fazer opções, considerando certa a decisão, face aos encargos que acarretaria para o Município com a contração de mais empréstimos e mais endividamento. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário da Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para um melhor esclarecimento sobre alguns projetos denominados de estruturantes, como eram os casos do Centro Interpretativo dos Rios e das Artes Marítimas com parque de estacionamento subterrâneo de apoio e, da intervenção em habitações na Rua Grande. Também pretendia uma clarificação, relativamente ao eixo “melhorar a qualidade de vida”, quais as atividades que estavam



planeadas, considerando que no respeitante ao melhoramento dos cuidados de saúde, era apresentada uma verba de cento e vinte e sete mil euros. Pretendia saber qual o destino daquela verba. Também pretendia saber, para que efeito e qual o destino do valor de trinta e cinco mil euros a atribuir à Santa casa da Misericórdia de Constância. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à intervenção da Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que não tendo respostas a dar, uma vez que se tratavam apenas de considerações, aproveitava para esclarecer o seguinte: todos os fogos a construir até ao ano de dois mil e vinte e seis, estavam dependentes da avaliação do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), uma vez que, tudo o que era trabalho da responsabilidade do Município, estava feito e entregue, aguardando-se a validação dos processos para a assinatura dos acordos de colaboração, e proceder à aquisição dos imóveis. Salientou o excelente trabalho desenvolvido pelos técnicos do Município, nas pessoas da Senhora Arquitecta Manuela Lopes e do Senhor Engenheiro Jorge Heitor, principais responsáveis pela celeridade dos processos. -----

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário da Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começou por referir que o Centro Interpretativo dos Rios e das Artes Marítimas era a designação do Museu dos Rios, cuja construção tinha estado prevista para a Rua Grande, mas, como já tinha referido, aquela localização tinha sido rejeitada por se encontrar em zona de leito de cheia e REN (Reserva Ecológica Nacional), para além do espaço ter sido considerado insuficiente para a sua construção. Aquele espaço de ruínas seria reabilitado para habitação a custos acessíveis, e o Museu, seria construído no jardim das traseiras do edifício da Câmara Municipal, com um parque subterrâneo previsto. Sobre o ciclo urbano da água; era um projeto já previsto para a substituição de condutas de saneamento, estações elevatórias e condutas de água, assim como, substituição de contadores de água por uma solução inteligente, que dispensasse a intervenção de funcionários no porta-a-porta, para a contagem das leituras. Sobre o complexo natural com piscinas na Freguesia de Santa Margarida da Coutada; tratava-se do reaproveitamento do espaço ao lado do Lar de Idosos, para fazerem uma pequena piscina e, na encosta junto ao Parque Ambiental, um espaço para alojamento. Sobre a eficiência energética; estavam previstas intervenções no antigo edifício dos Paços do Concelho na Rua Luís de Camões, no edifício da Câmara Municipal e na Piscina Municipal, prevendo a substituição de caixilharias, painéis solares e outras soluções mais económicas e amigas do ambiente. Sobre a frente ribeirinha do cais do Tejo; tratava-se de

uma candidatura já aprovada e apoiada em 70% (setenta por cento), através da linha do Turismo de Portugal, para reabilitação das plataformas de acesso ao Rio. Quanto à incubadora de empresas; era um projeto que visava transformar a antiga Escola Primária de Constância, onde funcionavam presentemente as oficinas municipais, para ali ser instalada a incubadora. Sobre as requalificações da Igreja Matriz e Capela de Santo António, não sendo propriedades da Câmara Municipal, eram edifícios de interesse turístico para o Concelho. Sobre a requalificação do Largo da Rua Grande; tinha sido elaborado no âmbito do IHRU, uma certidão de destaque dos dois imóveis do local, em cuja parte sobrance estava prevista a criação de alguns lugares de estacionamento. Quanto ao Eixo “Melhorar a qualidade de vida”; referiu que nele estavam contidas todas as despesas que o Município tinha para aquela área, o mesmo acontecendo com a educação, com a saúde e todas as outras áreas. O valor na área da saúde, dizia respeito ao processo de descentralização, mais concretamente, para a manutenção dos espaços.-----

Sobre o valor referido para a Santa Casa da Misericórdia de Constância; aquele valor era respeitante a uma deliberação ocorrida ainda no mandato anterior para apoio a um determinado investimento que seria libertado à medida que fossem apresentadas as respetivas faturas. Como existia uma deliberação de reunião de Câmara e o montante não tinha sido esgotado, ou continuavam com o processo até esgotar o valor definido, ou retiravam-no do orçamento, tinham optado pelo primeiro caso. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com quatro abstenções da Bancada da CDU- Coligação Democrática Unitária e dez votos a favor da Bancada do Partido Socialista. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto que fica a constituir (ANEXO II) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL E RESPETIVO ANEXO PARA O ANO DE 2024 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar uma informação bastante detalhada sobre a proposta de Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e quatro, que se resume da seguinte forma: Para o Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais ; - Um lugar a prover para um licenciado em Gestão de Administração Pública, em virtude da Técnica que estava ligada aos fundos comunitários ter solicitado mobilidade

para a Direção Geral de Agricultura e Veterinária e, um lugar a prover de Assistente Técnico para a área da Informática/comunicação. Na área da Proteção Civil e Segurança; - Cinco Bombeiros que tinham transitado da carreira de Assistente Operacional para a carreira de Sapadores Bombeiros Florestais, consolidando aquela transferência quando terminassem o prazo da mobilidade. Na área da Contabilidade; - Um lugar a prover para Técnico Superior com Licenciatura em gestão/economia, para substituição do Técnico que desempenhava aquelas funções que tinha solicitado mobilidade para a Direção Geral das Autarquias Locais e, um Assistente Técnico vindo da Segurança Social que ainda não tinha consolidado a mobilidade. Na área do Património, Aprovisionamento e Armazém; - Um trabalhador do Município que tinha terminado a licenciatura em Solicitadoria, estando em mobilidade de Assistente Técnico para Técnico Superior. Na área dos Recursos Humanos; - Um lugar a prover de Assistente Técnico, para reforço do quadro da Câmara Municipal. Na área da Gestão e Planeamento; - Um lugar para Técnico, com licenciatura em geografia e ordenamento do território e, um lugar para Fiscal. Na área da Fiscalização, Empreitadas e Obras por Administração Direta; - Um lugar para Assistente Operacional/Eletricista, para substituição do atual que irá para o Campo Militar de Santa Margarida. Na área dos Serviços Urbanos e Ambiente; - Dois lugares de Assistente Operacional a prover para a área dos serviços urbanos, um Assistente Operacional/canalizador e, um Técnico Superior licenciado em Engenharia do Ambiente que tinha vindo em mobilidade do Município de Coruche, com processo a decorrer. Na área dos Transportes, Trânsito e Comunicações; - Um Motorista que tinha vindo em mobilidade do Exército, não a tendo ainda consolidado. Na área da Ação Social, Educação e Ensino; - Um Técnico Superior em serviço social, no âmbito da descentralização administrativa. Dois Técnicos Superiores nas áreas de Psicologia e Sociologia, no âmbito do projeto Radar Social e, dois Assistentes Técnicos e dois Assistentes Operacionais para as Escolas. Na área do Desporto; - Uma Assistente Operacional que tinha transitado em mobilidade para Assistente Técnica. Na área do Museu dos Rios e das Artes Marítimas; - Uma Assistente Operacional que tinha solicitado a passagem a Assistente Técnico, tendo-se aposentado, entretanto, não operando a mobilidade. Estas eram as principais alterações ao Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e quatro. -----

Não havendo questões por esclarecer por parte das Bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação deste ponto, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, e dez votos a favor da Bancada do Partido Socialista. -----

PONTO 6 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS DO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que aquela competência tinha sido transferida para os Municípios, existindo a possibilidade de a delegarem na CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), sendo entendimento do executivo que o deveriam fazer, processando-se da seguinte forma: - Atualmente, era a GNR (Guarda Nacional Republicana) quem fiscalizava o estacionamento público no Concelho, levantava os autos e enviava-os para a Câmara Municipal. As pessoas efetuavam o pagamento de forma voluntária na Câmara Municipal. Todos os que o não fizessem, o Município instruíam-lhes um processo de contraordenação para o fazerem. A repartição da receita era; setenta por cento para o Município e trinta por cento para a Autoridade Nacional Rodoviária. Com a eventual aprovação daquela proposta de delegação de competências na CIMT, todo o processo desde o auto até à cobrança da multa, passava a ser da responsabilidade da CIMT, que cobraria ao Município o valor que teria com o custo do tratamento dos processos. Se houvesse lugar a algum remanescente, seria entregue ao Município, se não houvesse, ficaria tudo à responsabilidade da CIMT. Referiu que, para o Município assumir toda a responsabilidade no processo, teria de contratar/adquirir uma plataforma eletrónica, cujo valor rondaria os dezasseis mil euros. Numa pequena resenha histórica, referiu que o Município tinha arrecadado em multas de estacionamento no ano de dois mil e vinte e dois, a quantia de cento e quarenta e sete euros e, no ano de dois mil e vinte e três mil trezentos e setenta e oito euros. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que tinha entendido toda a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no entanto, não concordava com ela, devendo o processo continuar como estava. Para os Presidentes de Câmara daria algum jeito, uma vez que eram eles que teriam que assinar as contraordenações, tendo esse facto, politicamente algum peso. Tal como não reconheciam muitas das transferências de competências, aquela não era exceção. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e, dez votos a favor da Bancada do

Partido Socialista. -----

**PONTO 7 - PROPOSTA DE “ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA Nº 2/2023”
- PARA DELIBERAÇÃO -----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de uma revisão ao orçamento em baixa, com dois projetos que não tinha sido possível executar no presente ano, mais concretamente; a Loja do Cidadão e a aquisição de equipamento de projeção de cinema digital para o Cineteatro. Esta situação ocorria, pelo facto de não ter surgido nenhuma candidatura para o efeito. O que vinha à Assembleia, era a diminuição de um valor de um milhão e quarenta e nove mil euros, referentes àqueles dois projetos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por questionar qual o significado do descrito na proposta “que importa ajustar orçamentalmente”. Se, se tratavam de razões técnicas ou políticas. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara referiu que não entendia a questão, uma vez que a razão fundamental, era o facto daqueles projetos não terem tido execução. Ao abrigo da Lei das Finanças Locais o Município é obrigado a executar 85% (oitenta e cinco por cento) da despesa, não sendo possível o seu cumprimento. Era uma razão puramente técnica, não sendo a primeira vez nem certamente a única que acontecia, tendo para o efeito que vir à Assembleia Municipal para a revisão em baixa. -----

Voltou a solicitar a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que compreendia a questão relativa à Loja do Cidadão, o mesmo não acontecendo com o apetrechamento do Cineteatro que, em sua opinião, apesar de não ter surgido nenhuma candidatura para o efeito, poderia ter sido feito algum investimento, melhorando as condições, tendo em vista a sua utilização. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

A CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou Declaração de Voto, ficando a constituir (ANEXO III) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

**PONTO 8 - INFORMAÇÃO DO ROC SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA
DO 1º SEMESTRE DE 2023 - PARA CONHECIMENTO -----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam algum esclarecimento sobre este ponto. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para referir que gostava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, comentasse os resultados positivos em cerca de três milhares de euros na RSTJ, no terceiro trimestre, contrariando os resultados habituais negativos naquela empresa. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que acompanhavam através da presença nas Assembleias Gerais da RSTJ o evoluir da situação financeira da empresa. A ideia que tinham, era que a empresa terminaria o ano de dois mil e vinte e três, com saldo positivo e daquela forma, o Município não teria de repor qualquer valor monetário, contrariamente ao que tinha acontecido em anos transatos. Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 9 - DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CONSTÂNCIA -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por referir que a Senhora Carla Alexandra Pereira Silvério, de Montalvo e Deputada Municipal, tinha solicitado a sua substituição de elemento da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Constância, justificando a sua decisão por motivos pessoais e profissionais, pelo facto das reuniões daquele órgão, serem por norma, durante a semana e em horário laboral. Para não estar frequentemente a faltar às reuniões, solicitava a sua substituição. Assim, uma vez que a Senhora Carla Silvério, tinha sido designada pela Bancada do Partido Socialista, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, líder daquela Bancada, se tinham algum nome para indicar para a referida substituição. -----

Em resposta, a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, líder da Bancada do Partido Socialista, indicou o Senhor Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, residente em Montalvo, antigo Comandante do Posto da GNR de Constância e atual Deputado Municipal, para ocupar a vaga deixada em aberto na CPCJ de Constância. --- Não havendo contestações sobre esta nomeação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 10 - HOMENAGEM AO SENHOR COMENDADOR ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS MENDES - RELATÓRIO FINAL - PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que, uma vez que o

grupo de trabalho tinha sido designado em Assembleia Municipal, e no documento, na altura entregue a todos os Deputados Municipais, era referido que depois de concluídos os trabalhos, os resultados finais seriam apresentados à Assembleia Municipal. Tratava-se do cumprimento do prometido, cabendo de seguida ao Executivo Municipal, o cumprimento da proposta final. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 11 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 12 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por agradecer os documentos solicitados sobre o parque habitacional do Concelho de Constância e sobre os quais, pretendia apresentar algumas questões. A primeira, se tinha havido alguma alteração após a cedência daquela informação, designadamente, um concurso que estava aberto para atribuição de uma habitação no Bairro do Chão da Feira, em Constância, pretendendo saber se já estava atribuído. Também pretendia saber, com que periodicidade se faziam as atualizações dos agregados familiares e respetivos rendimentos, para efeitos de atribuição de habitações com rendas acessíveis ou apoiadas. Tinha verificado, que a habitação com o número cinco, na Praça Alexandre Herculano, em Constância, não constava na informação disponibilizada. Também pretendia saber, se a casa designada por “casa do professor” da antiga Escola Primária da Portela, em Santa Margarida da Coutada, estava previsto ser alugada depois de alguma intervenção com obras necessárias. Pretendia igualmente saber, se os fogos construídos no âmbito dos projetos de habitação social, no Bairro do Chão da Feira, em Constância, em que já tinha passado o tempo de serem alugados para habitação social, e estando de momento alugados com renda livre se, no âmbito da estratégia local de habitação, poderiam ter apoios para melhoramentos. Na freguesia de Montalvo, existiam duas habitações, cujos agregados familiares se tinham alterado e, numa delas, a pessoa já nem lá vivia há bastante tempo,



sendo uma habitação vazia. Questionava, se a situação era do conhecimento da Autarquia. Relativamente à Santa Casa da Misericórdia de Constância, como era do conhecimento de todos, estava a passar por grandes dificuldades financeiras, não tendo meios próprios para realizar receitas que cobrissem as despesas, estando apenas dependente da contribuição dos utentes e da segurança social. Em sua opinião, todas as valências estavam em risco, estando em causa a continuidade daquela resposta social, com enorme prejuízo para o Concelho. O apelo que pretendia deixar, era no sentido de poder vir a existir um maior envolvimento da Autarquia no processo, tendo em vista a resolução do grave problema. Também pretendia referir que, se a Câmara Municipal estava empenhada na recuperação da Igreja Matriz, tal como previsto no orçamento com a justificação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o mesmo e pelos mesmos motivos, deveria acontecer com a Igreja da Misericórdia, nomeadamente, com apoio no valor não participado para a recuperação da Talha Dourada. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário da Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que na apresentação do Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e quatro, estavam contempladas candidaturas para técnicos no âmbito do Radar Social, solicitando mais alguns esclarecimentos sobre o assunto. Uma outra questão, tinha a ver com a reorganização dos cuidados de saúde para todo o país. Questionou, se nesta região, particularmente para Constância, se previa alguma implicação positiva ao nível dos recursos humanos médicos, ou recursos para a unidade de cuidados da comunidade. Ou pelo contrário, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava preocupado com a reorganização prevista. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU- Coligação Democrática Unitária, sobre a questão da habitação social localizada no Chão da Feira em Constância, referiu que o concurso já estava terminado. Quanto à periodicidade com que eram avaliados os agregados familiares e seus rendimentos, não lhe podia dar de imediato a resposta, comprometendo-se a fazer chegar aquele dado posteriormente. Quanto à habitação número cinco, na Praça Alexandre Herculano em Constância, a mesma tinha sido transformada para comércio e serviços, estando a funcionar com um gabinete de contabilidade. Sobre a “casa do professor” da antiga escola primária da Portela, estava a decorrer um processo para alteração de uso de serviços, para habitação. Quanto aos fogos construídos com projetos para habitação social, se poderiam ser objeto de intervenções no âmbito da estratégia local de habitação, tinha na ideia que sim, no entanto, faria chegar

posteriormente aquela informação. Quanto às habitações em Montalvo, solicitou à Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, uma resposta à questão apresentada. -----

No uso da palavra, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo começou por referir que numa das casas mencionadas se tratava de uma renda livre, não tendo a autarquia uma intervenção como nos casos de rendas sociais. O agregado familiar era inicialmente composto por mãe e filho, tendo a mãe já falecido. O filho, trabalhava para um empreiteiro local que estaria num processo de insolvência deixando de pagar vencimentos. Assim, o rapaz tinha voltado ao seu antigo trabalho de pastor. Tinha algumas rendas em atraso, tendo-se comprometido com a sua liquidação. Sendo uma renda livre, a autarquia não podia fazer muito mais. Sobre a outra habitação devoluta, não tinha conhecimento. -----

-Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal prosseguiu com a situação da Santa Casa da Misericórdia de Constância, referindo que estavam a acompanhar a situação com muita preocupação, não sendo apenas um problema daquela instituição, mas sim, da grande maioria daquelas instituições espalhadas pelo País, passando a solução por uma estratégia a nível nacional, nomeadamente, pelo aumento das participações por utente. Elencou uma série de apoios prestados anteriormente àquela instituição, estando sempre a autarquia disponível para analisar qualquer apoio mais urgente. Quanto às obras nas Igrejas, referiu que a Câmara Municipal gostaria muito de poder apoiar mais, no entanto, os seus recursos não eram ilimitados. -----

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário da Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, no respeitante ao Radar Social, ainda não tinham aberto o procedimento para a contratação dos técnicos. A candidatura estava em análise, não tendo ainda sido aprovado o projeto de forma definitiva. Relativamente às ULS (Unidades Locais de Saúde), em sua opinião, o problema da saúde não se resolvia com uma mera reorganização administrativa, o problema da saúde resolvia-se com a contratação de mais médicos, enfermeiros e demais trabalhadores. Assim sendo, estava bastante sético sobre o assunto. -----

Voltou a solicitar a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando qual a razão para o número cinco da Praça Alexandre Herculano, ter alterado o seu uso para serviços, com tanta falta de habitação no Concelho. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, na altura, há cerca de dois anos, tinha sido entendimento do executivo fazer aquela alteração, atendendo à procura existente para a zona baixa da Vila de um espaço onde pudesse ser instalado um Gabinete de Contabilidade. A alteração tinha sido feita e a empresa estava a funcionar. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, colocando-a em seguida a votação. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----


-----**ENCERRAMENTO**-----


E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta e sete minutos. -----


A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,







ANEXO I

Esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Constância

“Rotura de água na Travessa da Rua Nova - Portela

1. Quer eu, quer o Vereador Pedro Pereira tomamos conhecimento da rotura no dia 14/12/2023 à hora de almoço. -----
2. No mesmo dia foram desencadeados os procedimentos necessários, e na manhã de sexta-feira (15/12/2023) a rotura estava resolvida. -----
3. No sábado de manhã (16/12/2023) visitei o local onde ocorreu a rotura e contatei com um dos moradores, questionando o mesmo, se a situação já existia há muito tempo. -----
4. O morador relatou que inicialmente a água apareceu num pequeno orifício existente na valeta das águas pluviais, passando posteriormente para a estrada. -----
5. N segunda-feira à tarde, conjuntamente com o Vereador Pedro Pereira, reuni com os trabalhadores afetos a estas tarefas, e questionei se sabiam desta situação e porque razão não a comunicaram nem a mim nem ao Vereador. -----
6. Em resposta os trabalhadores indicaram que a água que aparecia à superfície era pouca, e que estávamos numa altura de chuva, o que levou à existência da duvida se estaríamos perante uma rotura ou o aparecimento de água das chuvas. Acharam os mesmos que seria prudente aguardar algum tempo. Indicaram ainda que estas instruções lhe foram dadas há mais de vinte anos, ou seja, numa altura de chuvas, em que o aparecimento de água seja ténue deve-se aguardar. -----
7. Relataram ainda, que por diversas vezes aconteceu partirem o pavimento das vias em situações semelhantes a esta, e depois verificarem que eram águas da chuva.
8. Que fique claro que quer eu, quer o Vereador Pedro Pereira apenas tivemos conhecimento deste problema a 14/12/2023. -----
9. Eu fui ao local e falei com um dos moradores. Posteriormente em conjunto com o Vereador do pelouro reuni com os trabalhadores em questão solicitando satisfações sobre esta situação. -----
10. Quer eu, quer o Vereador Pedro Pereira transmitimos aos trabalhadores que em situações futuras deste género, independentemente da gravidade das mesmas ou das eventuais duvidas devem-nos informar. -----
11. A CDU acusou-me a mim, e ao Vereador Pedro Pereira de uma situação da qual não tínhamos conhecimento. -----



12. A CDU voltou a atacar o meu carácter quando num segundo comunicado diz “melhor o Presidente da Câmara fosse falar com os moradores”, quando eu o fiz. -----
13. Em 6 anos e 2 meses nas funções de Presidente de Câmara, e sempre que tenho conhecimento, nunca uma rotura de água esteve mais do que vinte e quatro horas para ser resolvida, seja fim de semana ou feriado. -----
14. Ao longo destes 6 anos e 2 meses nunca deixei de prestar todos os esclarecimentos solicitados pela oposição. -----
15. Mantive e mantereí sempre o máximo respeito pela oposição, já o contrário não se verifica. A CDU não só não respeita o Presidente da Câmara, e a vontade de 58% dos eleitores que o acolheram, como tem tentado ao longo destes anos e das mais diversas formas atacar o carácter do mesmo. -----

A CDU em vez de questionar e pedir esclarecimentos que nunca lhe foram negados ou sonogados, acusa e julga. -----

Constância, 21 de dezembro de 2023. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Constância-----

-----“(Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira)” -----

ANEXO II

“Assembleia Municipal de Constância

21 de Dezembro de 2023

Declaração de Voto

Ponto 3 – Documentos Previsionais para o período de 2024 a 2028 (Orçamento e Grandes Opções do Plano). -----

-As Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentadas pela actual maioria do partido Socialista que gere a Câmara Municipal refletem a orientação política que a mesma pretende adoptar para o ano de 2024 e nos anos seguintes até 2028, designadamente em projectos estruturantes para o desenvolvimento do concelho com base em candidaturas aos fundos comunitários quer através da CIMT quer aos programas Operacionais Nacionais, quer ainda através de protocolos e acordos com estruturas da Administração Central como é o caso da Habitação. -----

Após a análise dos diversos documentos verifica-se que há projetos que merecem a nossa concordância tais como a Loja do Cidadão, projeto que, para além dos serviços inerentes ao mesmo visará a recuperação do património construído na vila sendo de registar ainda como positivo as preocupações demonstradas a nível da habitação, ainda que algumas opções levantem objecção da nossa parte. -----

Contudo, e como tivemos oportunidade de transmitir na reunião que dá cumprimento ao estatuto de direito de oposição deveriam ser considerados e/ou valorizados outros projetos que se consideram como fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e afirmação territorial do concelho, designadamente: -----

1 – Um investimento mais significativo na expansão da Zona Industrial de Montalvo e adopção de medidas de incentivo aos micro, pequenos e médios empresários e não apenas 35.000 euros, verificando uma clara contradição no objetivo definido para o eixo estratégico – *Valorizar o investimento enquanto factor gerador de desenvolvimento e emprego;* -----

2 – No âmbito da ação social, um apoio significativo à ampliação do Lar de Santa Margarida, o que representaria a criação de postos de trabalho, a sustentabilidade do equipamento e da instituição, o aumento da resposta às famílias e ainda, representaria um fator de encorajamento para com a Santa Casa da Misericórdia de Constância; -----

3 – Uma acção na urbanização da Aldeia de Santa Margarida, ainda que pudesse ser desenvolvida de forma faseada, constituindo assim mais uma forma de fixar população na freguesia; -----

4 – No eixo 6 – sobre valorização ambiental – ações concretas no âmbito do saneamento básico na localidade da Pereira; -----



5 – Medidas que visassem a conservação da Quinta de D. Maria, em Montalvo. -----
Assim, pelos motivos sumariamente enunciados anteriormente e no período de discussão,
os eleitos da CDU consideram que o conteúdo dos documentos em análise fica aquém
daquilo que a CDU considera ser o melhor para o presente e futuro da população do
concelho de Constância pelo que o sentido de voto foi a abstenção. -----
-----Constância, 21 de Dezembro de 2023 -----
-----Os eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária”-----

ANEXO III

“Assembleia Municipal

21/12/2023

Declaração de voto

Ponto 7 – Alteração Orçamental Modificativa nº 2/2023. -----

Os eleitos da CDU votaram favoravelmente após os esclarecimentos prestados que não constavam na documentação recebida, designadamente que esta alteração decorria da necessidade imperativa de natureza técnica e legal. -----

-----Os eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária” -----